

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Associação Obras Sociais Irmã Dulce
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Obras Sociais Irmã Dulce ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Obras Sociais Irmã Dulce em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 16 de julho de 2024.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	100.269	114.673	Fornecedores	10	39.134	32.817
Contas a receber	5	34.864	7.791	Empréstimos e financiamentos	11	20.589	5.448
Estoques	6	25.624	32.843	Obrigações tributárias		5.534	3.286
Convênios a receber	7	46.452	68.360	Obrigações sociais e trabalhistas	12	46.741	40.760
		<u>207.209</u>	<u>223.667</u>	Provisão para rescisões trabalhistas	13	31.605	27.490
				Recursos de convênios em execução	7	25.603	24.804
				Outras contas a pagar		995	104
						<u>170.201</u>	<u>134.709</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	11	12.907	13.974
Convênios a receber				Provisões para riscos processuais	14	11.757	9.909
Depósitos judiciais	8	2.415	1.389	Recursos de convênios em execução	7	48.967	98.102
Outros ativos		1.052	1.009			<u>73.631</u>	<u>121.985</u>
Imobilizado	9	116.587	105.219				
(-) Depreciação acumulada	9	(65.898)	(57.863)	Patrimônio Social	15		
Intangível	9	4.986	4.940	Fundo patrimonial		8.198	8.198
(-) Amortização acumulada	9	(4.068)	(3.757)	Doações e subvenções		19.705	19.705
		<u>55.074</u>	<u>50.937</u>	Reserva de reavaliação		10.409	10.509
				Déficits acumulados		(19.861)	(20.502)
						<u>18.451</u>	<u>17.910</u>
Total do ativo		<u>262.283</u>	<u>274.604</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>262.283</u>	<u>274.604</u>
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas operacionais brutas			
Com restrição:			
Programa de saúde/convênio		16.994	24.616
Contratos de Gestão-Programa de saúde	16	453.428	376.900
Programa de assistência social	17	1.191	3.509
Rendimentos financeiros-Contratos de Gestão saúde		1.298	2.583
Subvenções	21	14.267	3.629
Doações-saúde		6.480	-
Doações-contratos de gestão		413	-
Doações assistência social		4.537	-
		<u>498.608</u>	<u>411.237</u>
Sem restrição:			
Sistema Único de Saúde SUS-PO	18	205.042	175.600
Doações		25.288	19.911
Vendas de produtos e mercadorias		19.900	18.993
Outros recursos recebidos		7.739	3.039
		<u>257.969</u>	<u>217.543</u>
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos			
Saúde	19	(724.065)	(554.942)
Assistência social		(28.189)	(26.452)
		<u>(752.254)</u>	<u>(581.394)</u>
Resultado operacional bruto		<u>4.323</u>	<u>47.386</u>
(Despesas)/Receitas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(24.602)	(19.463)
Despesas gerais e administrativas	21	(14.532)	(9.243)
Materiais diversos		(477)	(1.788)
Depreciação		(1.788)	(756)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	22	40.626	(23.102)
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		<u>3.550</u>	<u>(6.966)</u>
Receitas financeiras		1.878	1.034
Despesas financeiras		(4.887)	(2.887)
Superávit líquido/(Déficit) do exercício		<u><u>541</u></u>	<u><u>(8.819)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Superávit Líquido/(Déficit) do exercício	541	(8.819)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>541</u>	<u>(8.819)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social		Doações e subvenções para investimentos	Reserva de reavaliação	Total
	Fundo patrimonial	Déficits acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.198	(11.843)	19.705	10.669	26.729
Realização da reserva de reavaliação	-	160	-	(160)	-
Déficit líquido do exercício	-	(8.819)	-	-	(8.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.198	(20.502)	19.705	10.509	17.910
Realização da reserva de reavaliação	-	100	-	(100)	-
Superávit líquido do exercício	-	541	-	-	541
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.198	(19.861)	19.705	10.409	18.451

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido/(Déficit) do exercício	541	(8.819)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação	4.959	6.627
Amortização	325	307
Provisões para rescisões trabalhistas	3.994	6.238
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(434)	(2.683)
Provisão para perda em estoques	-	62
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa-Contas a receber	-	(268)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa-Convênios a receber	-	(3.478)
Provisão para perdas em processos judiciais	1.849	447
(Reversão) da provisão para perdas em créditos liq. Duvidosa convênios a receber	(211)	-
	<u>11.023</u>	<u>(1.567)</u>
Aumento/(redução) nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(27.073)	10.520
Estoques	7.219	(11.822)
Convênios a receber	10.501	(29.234)
Outros ativos	895	(14)
Depósitos judiciais	(1.026)	(570)
Fornecedores	6.317	4.682
Obrigações trabalhistas e tributárias	8.198	4.250
Recursos de convênios em execução	(32.231)	34.516
Outras contas a pagar	(47)	(939)
Caixa líquido oriundas das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(16.224)</u>	<u>9.822</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(10.053)	(11.085)
Adições ao intangível	(101)	(119)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(10.154)</u>	<u>(11.204)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	104.210	112.060
Pagamento de empréstimos	(92.236)	(98.034)
Caixa líquido oriundo das das atividades de financiamentos	<u>11.974</u>	<u>14.026</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.404)</u>	<u>12.644</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	114.673	102.029
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	100.269	114.673
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.404)</u>	<u>12.644</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Obras Sociais Irmã Dulce (“Entidade”) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública, que foi fundada e idealizada por Irmã Dulce Lopes Pontes, em 26 de maio de 1959 e instalada a 15 de agosto de 1959.

A Entidade tem por fim:

- (i) Desenvolver a assistência social, hospitalar e farmacêutica, ação educativa e caridade, podendo, para tanto, promover a obtenção de recursos no Setor Público e no Setor Privado; e
- (ii) Propor aos poderes públicos a adoção de providências e edição de normas com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a assistência hospitalar, social e educacional dos doentes, idosos e crianças carentes.

Para desempenho de sua ação educativa, a Entidade poderá ampliá-la à área profissionalizante, inclusive organizando unidades para a produção e comercialização de bens ou serviços gerados por meio da educação pelo trabalho.

A Entidade presta atendimento completamente gratuito, e os seus recursos são oriundos eminentemente do Sistema Único de Saúde (SUS), das doações e dos convênios celebrados com o Poder Público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, não existindo qualquer contraprestação compulsória por parte do paciente pelo serviço prestado. Conseqüentemente, todos os gastos e despesas incorridos pela Entidade estão relacionados com suas finalidades estatutárias.

Canonização da Fundadora - Santa Dulce dos Pobres

A causa da Canonização de Irmã Dulce foi iniciada em janeiro de 2000. Com o início do processo, seus restos mortais, que desde 1992 (ano de seu falecimento) estavam na Igreja da Conceição da Praia, foram então transferidos para a Capela do Convento Santo Antônio, na sede das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), também em Salvador. A validação jurídica do virtual milagre presente no processo foi emitida pela Santa Sé em junho de 2003. Já em abril de 2009, o Papa Bento XVI reconheceu as virtudes heroicas da Serva de Deus Dulce Lopes Pontes, autorizando oficialmente a concessão do título de Venerável à freira baiana. O título foi o reconhecimento de que Irmã Dulce viveu, em grau heroico, as virtudes cristãs da Fé, Esperança e Caridade.

Endividamento e déficits sucessivos

Tem sido amplamente divulgado pela imprensa local e nacional que a Entidade vem enfrentando problemas de endividamento e apresentado déficits altos nos últimos exercícios. Em parte, por causa do cenário econômico atual, também como reflexo direto da Pandemia de COVID-19, com inflação elevada, em particular, o chamado custo da saúde, com os preços dos insumos extremamente elevados, também como resultado da falta de reajustes por mais de 5 anos do principal contrato de prestação de serviços da Entidade.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Entidade tem buscado soluções para manter-se funcionando, junto aos Entes contratantes, a renegociação do contrato do Plano Operativo pela aplicação de reajuste do valor contrato, o qual está sendo renegociado, assim como a negociação do repasse referente ao rateio das despesas administrativas, bem como dos complementos orçamentários. Além disso, estão sendo realizadas campanhas internas de redução de custos e despesas, campanhas junto à Sociedade para aumentar o volume de doações, tais como a “Um milhão de amigos”, a fim de captar doadores pessoas físicas e jurídicas, para patrocinar projetos de melhoria, manutenção e ampliação dos atendimentos. Estão sendo adotadas também ações de captações de recursos junto a Órgãos públicos e Empresas privadas para o patrocínio das ações educacionais e socioeducativas desenvolvidas pelo Centro Educacional Santo Antônio (unidade educacional da entidade) por meio do projeto “Adote uma Turma” e ações de melhorias nos processos gerenciais das unidades de negócios da Entidade (uma cafeteria, uma indústria de panificação e uma loja de souvenirs) com a contribuição de empresas de consultoria parceiras da Entidade, para ampliação do superavit destas unidades.

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade apresentou déficit acumulado de R\$ 19.972 e capital circulante negativo no montante de R\$ 14.393. A Entidade não possui saldos a pagar vencidos a longa data e mesmo com a grande deficiência nos valores do repasse tem honrado com seu passivo.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 16 de julho de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

O resumo das políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis e afirma que todas as informações relevantes e próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Entidade.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Notas Explicativa nºs 5 e 7: provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Notas Explicativa nº 9: determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Notas Explicativa nº 14: provisão para riscos processuais - cíveis e trabalhistas.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação da Governança Corporativa para destinação.

3.2. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária.

3.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição usando-se o método da média ponderada móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (medicamentos, materiais hospitalares, materiais de consumo e etc.).

3.4. Imobilizado

Mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e a partir do exercício de 2008, líquido dos saldos de doações e subvenções aplicadas em imobilizado.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação

Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas médias anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações e benfeitorias: 3,08% a 7,22%;
- Máquinas e equipamentos: 4% a 33,3%;
- Equipamentos médicos: 6,7% a 33,3%;
- Aparelhos diversos: 5% a 33,3%;
- Móveis e utensílios: 5,26% a 14,29%;
- Veículos: 8,45% a 20%;
- Equipamentos de informática: 5,88% a 33,3%;
- Outros ativos: 12,5% a 4,17%.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Bem reversível - imóvel

Em setembro de 2013, a Entidade recebeu do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Administração sob Contrato de Concessão de Uso nº 0001/2013, não oneroso, pelo prazo de 20 anos do bem imóvel do antigo Campo do SESI, no montante de R\$2.267, para a construção de um centro oncológico (radioterapia) destinado ao atendimento integral de pacientes do SUS, podendo o Estado da Bahia no final do contrato realizar a transferência dominial de maneira gratuita.

Em fevereiro de 2019, A Entidade (permissionária) firmou com o Município de Salvador (permitente), o Termo de Permissão de Uso, no qual a permitente outorga em caráter precário, discricionário e unilateral a utilização de maneira especial de parte da área do Abrigo Dom Pedro II pelo prazo de 10 anos, podendo ser renovado a critério do permitente. A permissionária fica obrigada a manter e conservar as edificações arroladas no Termo, bem como os jardins. O termo não gera direito a indenização pelo permitente. Findo o prazo de vigência do Termo sem renovação ou prorrogação, extingue-se a permissão com a devolução imediata do imóvel ao permitente.

3.5. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.8. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 360 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Entidade para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços, são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em Caderneta de Poupança e Fundos de Curto Prazo e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

3.9. Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de maneira confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Receitas do segmento de saúde

São receitas oriundas da contratação dos leitos pertencentes ao Hospital Santo Antônio e postos à disposição dos gestores Estadual e Municipal, por meio do Sistema Único de Saúde, pelo instrumento de contratualização de hospitais privados filantrópicos, pagos por dotação orçamentária do Ministério da Saúde. São reconhecidas no resultado pelo seu valor justo mensurado mensalmente por meio do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas contratadas e pelo valor fixado no Contrato de Metas.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplica em investimentos (aquisição de imobilizado, reformas etc.), os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, revisado pelo CPC 07(R1), em 05 de novembro de 2010. A Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

Receitas de doações

São alocadas as receitas com doações em espécie e de bens móveis ou imóveis, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

Receitas de venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Entidade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Entidade e aplicados integralmente para a consecução de seus objetivos sociais.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de despesas financeiras.

3.10. Tributação

A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12).

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º Lei nº 9.718/98, artigo 10 § 3º e 18, IV) Decreto nº 9.580/2018 RIR, artigos 178 a 183:

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);
- Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Com a mudança do formato de concessão de imunidade tributária municipal, em Salvador, promovida pela atual gestão do município, a Entidade necessitou pedir novo reconhecimento de imunidade tributária municipal, por meio do Processo nº 87.646/2013, tendo seu pleito deferido publicado no Diário Oficial do Município de Salvador, em 19 de março de 2014, para o IPTU, não incidência de Taxa de Coleta, Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares-TRSD e ISS.

3.11. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas:

- (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- (ii) Mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Entidade possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Entidade gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Entidade possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa (ver Nota Explicativa nº 4)

Mensurados pelo custo amortizado

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Entidade possui e mantém classificados nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4), as contas a receber (Nota Explicativa nº 5) e os convênios a receber (Nota Explicativa nº 7).

i) Ativos financeiros

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 exige que a Entidade reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Entidade avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

ii) Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Entidade compreendem:

- Fornecedores (Nota Explicativa nº 10);
- Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 11).

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TG 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Entidade apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Rendimento	2023	2022
Recursos sem restrição			
Caixa e conta corrente		137	862
Aplicações financeiras	5,00 a 14,58% CDI	16.231	16.422
		<u>16.368</u>	<u>17.284</u>
Recursos com restrição			
Caixa e conta corrente		593	318
Fundos de curto prazo	5,00%CDI a 14,58% a.a.	82.530	96.179
Poupanças	TR+6,00 a.a.%	778	892
		<u>83.901</u>	<u>97.389</u>
		<u>100.269</u>	<u>114.673</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos das aplicações são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e suas taxas equivalem às de mercado para esse tipo de aplicação.

Os recursos com restrição só podem ser utilizados com os contratos vinculados ao recebimento desses recursos.

5. Contas a receber

Descrição	2023	2022
Plano operativo anual (a)	19.463	2.209
Sistema Único de Saúde - Alta Complexidade. -SUS	8.231	97
Clientes por vendas de produtos	5.876	5.535
Outras contas a receber	4.151	2.807
	<u>37.721</u>	<u>10.648</u>
Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.857)	(2.857)
	<u>34.864</u>	<u>7.791</u>

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Plano operativo anual

Em função do município de Salvador ter alcançado a gestão plena da saúde, em março de 2006, a SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Salvador assumiu a gestão do contrato, por meio do Termo de Convênio 018/2007, cujo objetivo é prestar serviços assistenciais, de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da integração do hospital à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo Anual. Em 2011, o Ministério da Saúde por meio da Portaria SAS/MS nº 741, transferiu a Entidade para a gestão estadual, por meio do contrato 111/2011. As Portarias SAS/MS nº 297 de março de 2013, nº 176 de março de 2014 e nº 322 de abril de 2015, prorrogaram sucessivamente a permanência da Entidade na gestão estadual, vigente até a data do balanço.

Para os exercícios 2015-2016, a permanência na gestão do Estado da Bahia foi aprovada pela Resolução CIB 067/2015 de maio de 2015. O Plano Operativo é regido pelo Contrato 06/2012, com o 7º Termo Aditivo que vigeu até maio de 2015. A Entidade continuou prestando serviços ao Gestor Local do SUS até 31 de dezembro de 2016, sem cobertura contratual. Em 13 de março de 2017, foi assinado o Contrato 014/2016, com prazo de vigência de 180 dias. A Entidade continuou ao longo do exercício prestando serviços ao Sistema Único de Saúde, sem solução de continuidade nas avaliações mensais de desempenho e cumprimentos de metas pactuadas no referido Contrato 014/2016, como também, recebendo as remunerações pelos serviços prestados. A Entidade, por intermédio da carta CE SUP 73/2017, em 31 de outubro de 2017, solicitou a adoção de providências do Gestor do SUS, visando à celebração do novo Contrato, com a finalidade de se manter integrada à rede SUS do Estado da Bahia. A Entidade permaneceu sem contrato entre outubro de 2017 e dezembro de 2018, no entanto, continuou prestando serviços regularmente ao Gestor do SUS, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Em 18 de março de 2019 a Entidade assinou o Contrato nº 14/2019, com a SESAB, com vigência até 17 de março de 2020.

Em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19, em março de 2020 foi publicada a Lei nº 13.992 que suspende por 120 (cento e vinte) dias a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do SUS. A lei determina que o prazo da suspensão começa a contar de 1º de março do corrente ano e garante os repasses dos valores financeiros contratualizados, na sua integralidade, bem como, mantém ainda o pagamento da produção do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec), com base na média dos últimos 12 (doze) meses. Em setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.061 que prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde do SUS, em julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.189 que prorroga até 31 de dezembro de 2021, a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas contudo, a Entidade continuou prestando serviços ao Gestor do SUS após o término da vigência do Contrato nº14/2019.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em julho de 2022, foi firmado o Contrato nº 42/2022 com a Sesab, para a prestação de serviços assistenciais ambulatoriais de média e alta complexidade ao SUS sob a forma de Plano Operativo (PO) com prazo de vigência até julho de 2023, sem solução de continuidade na prestação de serviços ao Gestor do SUS, foi assinado em novembro de 2023 o Contrato nº 136/2023, com vigência de um ano, se compromete a prestar ações e serviços de saúde, de ensino e pesquisa pactuados no Contrato, disponibilizando ao gestor público de saúde a totalidade da capacidade instalada, disponibilizando-os para a Central de Regulação, executando serviços de atendimento hospitalar, ambulatorial e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, realizar procedimentos alta e média complexidade. As metas qualitativas são avaliadas trimestralmente com acompanhamento mensal, o conjunto dos critérios do cumprimento das metas físicas e de avaliação de desempenho condiciona o pagamento do valor integral da parte física e variável do orçamento financeiro do contrato. A Entidade oferta 100% de seus leitos e de sua capacidade instalada para atendimento ambulatorial ao Sistema Único de Saúde, as metas físicas e financeiras estão resumidas no quadro abaixo:(ver Nota Explicativa nº 18).

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Programação Orçamentaria	meta física		Orçamento R\$	
	mensal	anual	mensal	anual
PRÉ FIXADO				
Internação de Média Complexidade	1.641	19.692	4.620	55.440
Internação cirúrgico leito dia	169	2.028	185	2.224
Atendimento de Média Complexidade Ambulatorial	144.996	1.739.952	1.493	17.919
Subtotal de Média Complexidade (pré-fixado)	146.806	1.761.672	6.299	75.583
INCENTIVOS				
Incentivo Estadual para serviços de reabilitação do Centro de Convivência Irmã Dulce dos Pobres Portaria Estadual nº 518 de 30/06/2022			168	2.022
Incentivo a Contratualização IAC (Portaria GM 3166 de 20/12/2013; Portaria GM 1416 de 06/07/2012; Portaria GM 2506 de 26/120/2011 e Incentivo de Hospitais de Ensino (Portaria GM 3131 de 24/12/2008: 0907 de 15/06/2005; 1787 26/08/2024			1.619	19.424
INTEGRASUS (PT GM/MS 2566 DE 30/11/2004)			1.750	21.001
Incentivo 100% SUS ptgm 1266 de 20/06/20212			111	1.334
PT GM 778 DE 09/05/20213 CERIV			611	7.333
Incentivo da Portaria GM/MS 1662 14/09/2016			345	4.140
Portaria GM/MS nº 556 05/05/2023			1.556	18.670
Portaria GM/MS nº 2592 de 30/10/2008			1.733	20.800
Qualificação leitos RUE (Portaria GM/MS nº 1723 14/08/2012			310	3.717
Subtotal DOS INCENTIVOS			259	3.103
			8.462	101.543
Total Pré Fixado			14.760	177.125

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Programação Orçamentaria	meta física		orçamento (R\$)	
	mensal	anual	mensal	anual
PÓS FIXADO				
Troca de botons-colostomia (40) fonte 130-Estadual	40	480	36	432
Atendimento hospitalar de Alta Complexidade	164	1.968	627	7.529
Leito Dia Alta Complexidade	10	120	10	124
Atendimento hospitalar FAEC	18	216	720	8.642
Atendimento ambulatorial de Alta Complexidade	4.581	54.972	1.547	18.565
Atendimento ambulatorial de Média Complexidade-FAEC	447	5.364	140	1.684
Diárias de internacao de UTI adulto e pediátrica	760	9.120	892	10.710
Total Pós Fixado			3.974	47.687
Total pré e pós fixado			18.734	224.812
Total Geral			18.734	224.812

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Entidade obedecendo a sua vocação e as suas diretrizes estatutárias, em junho de 2013, assumiu a gestão de um centro de convivência para prestar cuidados assistenciais de saúde e sociais à população em risco social, localizada na região do Centro Histórico de Salvador, o "Centro de Convivência Irmã Dulce dos Pobres" - CCIDP, com recursos incluídos no POA no Termo Aditivo 05/2013, ao Contrato 06/2012, no valor mensal de R\$ 168. Mantido no Contrato 136/2023.

A abertura do saldo das contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Descrição	2023	2022
A vencer	23.207	5.032
Vencidos em até 30 dias	4.679	2.740
Vencidos de 31 a 120 dias	5.675	-
Vencidos de 121 a 180 dias	1.486	-
Vencidos de 181 a 360 dias	269	500
Acima de 361 dias	2.405	2.376
	<u>37.721</u>	<u>10.648</u>

Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$
Saldos em 1º de janeiro de 2022	(2.857)
Reversão (provisão)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(2.857)
Reversão (provisão)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>(2.857)</u>

A Entidade constituiu provisão para devedores duvidosos, que julga suficiente para fazer face às expectativas de perda, e cujo saldo em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao valor provável de realização das contas a receber de clientes avaliado com base na experiência de perda real, na avaliação do risco de inadimplemento das contrapartes e no monitoramento das negociações vigentes para recuperação de créditos com determinados clientes, além da magnitude do eventual impacto no resultado do exercício resultante de alterações nessas premissas.

6. Estoques

Os estoques correspondem a medicamentos, material hospitalar e material de suprimento, cuja valorização é feita com base no custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração:

Descrição	2023	2022
Drogas e medicamentos	7.961	11.684
Material hospitalar	7.935	9.186
Material de uso e consumo	2.775	4.398
Estoques para revenda - CESA/Lojas	1.963	1.776
Material laboratório	2.634	2.882
Outros estoques	61	52
Subvenções-medicamentos de alto custo	2.355	2.925
(-) Provisão para perda por obsolescência	(60)	(60)
	<u>25.624</u>	<u>32.843</u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução

Ativo

Descrição	2023	2022
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB (a)	68.273	85.543
Secretaria Municipal de Saúde - SMS (b)	9.711	3.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.532)	(20.336)
	46.452	68.360

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos convênios a receber no circulante está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	(20.336)	(23.814)
Adições e baixas	(11.196)	3.478
Saldos em 31 de dezembro	(31.532)	(20.336)

A Entidade optou por constituir provisão para devedores duvidosos sobre os saldos contabilizados no ativo não circulante, pois entende que há razoável incerteza de receber seus créditos junto à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, pela gestão das Unidades de Saúde por ela administradas sob a forma de OS (Organização Social), pois não tem obtido da SESAB data estimada para a liquidação dos créditos em aberto até a data do balanço.

a) Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB

Descrição	2023	2022
Circulante		
Hospital do Oeste (i)	19.140	15.054
Hospital Regional Dr. Mário D. Sobrinho Hospital (ii)	15.675	13.349
Hospital Eurídice Santana (iii)	1.384	2.085
Hospital Regional de Juazeiro (v)	9.739	12.994
Hospital Arena Fonte Nova (vi)	3.496	3.496
Hospital Metropolitano (vii)	-	18.736
Hospital de Paulo Afonso (viii)	3.812	4.802
	53.246	70.516
Não circulante		
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	6.263	6.263
Hospital Eurídice Santana (iii)	436	436
Hospital São Jorge (iv)	8.328	8.328
	15.027	15.027
	68.273	85.543

- (i) Hospital do Oeste (HO): refere-se a convênio com a SESAB para execução de ações e serviços de saúde que assegurem assistência universal e gratuita à população no Hospital do Oeste, em Barreiras, Bahia, por meio do Contrato nº 002/2013, assinado em janeiro de 2013, por um período de dois anos, com valor mensal de R\$ 4.317. Em setembro de 2019 foi assinado o Termo Aditivo 114/2019, reajustando o Contrato para R\$ 7.605 mensais, com termo final em 31 de janeiro de 2020.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em janeiro de 2020 foi assinado o Termo Aditivo nº 021/2020 ao Contrato Gestão do Hospital do Oeste – HO nº 011/2017, prorrogando a vigência do referido contrato com termo inicial em 01/02/2020 até 31/01/2022, com valor de custeio mensal de R\$7.605. Em fevereiro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº033/2020 ao referido contrato, para revisão de metas em virtude da ampliação do número de leitos de enfermaria, com termos inicial em 1º de abril de 2020 e final em 31 de janeiro de 2022, com reajuste do valor contratado, de RS 8.866. 7º Termo Aditivo de agosto 2021, elevou o valor do contrato para R\$ 9.888 mensal. 8º Termo Aditivo de prorrogou o a vigência de fevereiro 2022 a fevereiro de 2023 e incrementou novos serviços, elevando o valor mensal do contrato para R\$ 10.281, em 1º de setembro de 2023, foi assinado o Contrato Emergencial nº 012/2023, com vigência de 180 dias, com valor de R\$73.267 (ver Nota Explicativa nº26);

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	134.137	125.406
Glosas	-	(112)
Doações	304	235
Rendimentos financeiros	678	1.920
Resultado operacional bruto	135.119	127.449
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(94.443)	(77.740)
Despesas gerais e administrativas	(10.630)	(9.576)
Materiais	(34.139)	(30.056)
Outras receitas	667	426
Reversão PCLD	-	4.535
Total das despesas operacionais	(138.545)	(112.411)
Despesas financeiras	(257)	(48)
Déficit/Superávit do exercício	(3.683)	14.990

- (ii) Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho (HRMDS): Contrato nº 046/2012 para a gestão, organização e execução de ações de serviços de saúde do hospital no município de Irecê, Bahia, no valor mensal de R\$ 3.216, a partir de outubro de 2012. O Termo Aditivo nº 141/2018 prorroga a vigência do Contrato por 12 meses, a partir de 29 de novembro de 2018, esse Contrato teve seu termo final em 29 de novembro de 2019. Em 31 de janeiro de 2020, foi assinado o Contrato de Gestão nº 005/2020 para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho pelo período de 60 meses, com valor estimado mensal de R\$ 4.733, em janeiro de 2023, o 3º Termo Aditivo ao contrato nº 005/2020, reajustou o contrato para R\$ 7.470;

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	94.903	72.094
Glosas	(5.012)	(1.193)
Doação	73	147
Rendimentos financeiros	178	264
Resultado operacional bruto	90.142	71.312
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(60.434)	(47.254)
Despesas gerais e administrativas	(8.021)	(4.738)
Materiais	(20.648)	(17.109)
Total das despesas operacionais	(89.103)	(69.101)
Despesas financeiras	(152)	(21)
Superávit do exercício	887	2.190

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Hospital Eurídice Santana (HES): Contrato de Gestão nº 016/2014, assinado em 1º de março de 2014 para a administração do hospital no município de Santa Rita de Cássia, Bahia, por um período de 2 (dois) anos. O Termo Aditivo 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, esse contrato teve seu termo final em 29 de fevereiro de 2020. A Entidade permanece na gestão da unidade hospitalar, sob a forma de prestação de serviço por indenização (ver Nota Explicativa nº 26);

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	9.462	8.857
Glosas	-	(61)
Rendimentos financeiros	114	196
Doações	17	14
Resultado operacional bruto	9.593	9.006
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(7.228)	(6.239)
Despesas gerais e administrativas	(1.319)	(1.251)
Materiais	(1.308)	(1.167)
PCLD	-	-
Total das despesas operacionais	(9.855)	(8.657)
Despesas financeiras	(15)	(6)
Déficit/Superávit do exercício	(277)	343

- (iv) Hospital São Jorge (HSJ), UPA Roma: contrato de prestação de serviços de gestão com valor mensal de R\$ 2.381 (2015 R\$ 1.998), com vigência até junho de 2015, conforme Termo aditivo nº 122/2014. A gestão é executada sob pagamento por indenização, até a SESAB licitar o contrato. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, em face das respostas do credor quanto a possibilidade de liquidação do crédito, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor integral do direito a receber no valor de R\$ 8.328;

- (v) Hospital Regional de Juazeiro: em dezembro de 2020 a Entidade assumiu emergencialmente a gestão do Hospital Regional de Juazeiro em Juazeiro-BA, hospital geral de referência da macrorregião do vale médio do São Francisco, com 182 leitos, por meio do contrato emergencial nº 206/2020, por 90 dias, no valor mensal de R\$ 6.037, em abril de 2021, foi assinado o contrato emergencial 006/2021, com vigência inicial de 90 dias prorrogáveis por 90 dias. Em julho de 2022, foi publicado no DOE, o Contrato de Gestão Emergencial nº 02/2022, para gestão e execução das ações de saúde, no Hospital Regional de Juazeiro, pelo período de 90 dias, no valor global de R\$ 19.416, com vencimento em janeiro de 2023, após o vencimento foi assinado Contrato de Gestão Emergencial nº 01/2023 que teve vigência até abril de 2023, em julho de 2023 foi assinado um novo contrato de Gestão Empresarial nº 09/2023, com prazo de vigência de 90 dias. O hiato entre os contratos a Entidade permaneceu prestando serviços na unidade hospitalar sob indenização (ver Nota Explicativa nº 26);

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	93.431	75.179
Glosas	(14)	(2.943)
Doação	-	6
Rendimentos financeiros	137	111
Resultado operacional bruto	93.554	72.353
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(63.628)	(55.496)
Despesas gerais e administrativas	(11.372)	(9.345)
Materiais	(22.311)	(18.894)
Total das despesas operacionais	(97.311)	(83.735)
Despesas financeiras	(199)	(61)
Déficit do exercício	(3.956)	(11.443)

- (vi) Contrato Emergencial Hospital de Campanha Arena Fonte Nova-HCAFN: em março de 2021, a Entidade atendeu à solicitação do Governo da Bahia, firmou com a Sesab o Contrato nº 001/2021, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, exclusivo para enfrentamento à pandemia da COVID-19, são 200 leitos de UTI e clínicos, inicialmente com termo de vigência de 90 dias. Com valor mensal de R\$ 6.567. O contrato foi encerrado em setembro de 2021, contudo, ainda não foi efetuado encontro de contas final;

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	-	-
Glosas	-	-
Doação	-	-
Rendimentos financeiros	-	-
Resultado operacional bruto	-	-
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	36	(129)
Despesas gerais e administrativas	(3)	180
Materiais	(7)	79
Total das despesas operacionais	26	130
Despesas financeiras	-	-
Superávit do exercício	26	130

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (vii) Hospital Metropolitano: em agosto de 2022, a Entidade firmou com a Sesab, o Contrato de Gestão Emergencial nº 005/2022 para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Metropolitano em Lauro de Freitas-BA, para assistência universal e gratuita à população com vigência de 180 dias e valor global de R\$ 58.207, a Entidade assumiu a gestão emergencial da unidade hospitalar sob indenização até junho de 2023, quando devolveu a unidade ao Governo do Estado, contudo, ainda não foi efetuado encontro de contas final. (ver Nota Explicativa nº 26);

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	46.640	46.838
Glosas	(3.372)	(1.124)
Doação	3	
Rendimentos financeiros	113	71
Resultado operacional bruto	43.383	45.785
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(33.784)	(21.426)
Despesas gerais e administrativas	(8.211)	(1.864)
Materiais	(15.450)	(7.034)
Total das despesas operacionais	(57.444)	(30.324)
Despesas financeiras	(41)	(26)
Déficit/Superávit do exercício	(14.101)	15.435

- (viii) Hospital de Paulo Afonso: em setembro de 2022, a Entidade assumiu a gestão emergencial da unidade hospitalar, por meio do Contrato de Gestão Emergencial nº 006/2022, para prestação e operacionalização dos serviços de saúde em Paulo Afonso-BA, no valor global de R\$ 14.407 (ver Nota Explicativa nº 26).

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	20.515	9.604
Doações	13	5
Rendimentos financeiros	68	17
Resultado operacional bruto	20.596	9.626
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(14.227)	(3.268)
Despesas gerais e administrativas	(3.369)	(1.033)
Materiais	(3.429)	(671)
Total das despesas operacionais	(21.026)	(4.972)
Despesas financeiras	(19)	(5)
Déficit/Superávit do exercício	(449)	4.649

Os saldos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se aos gastos ainda não realizados pela Entidade, e ainda, a novos recursos recebidos por meio de convênios firmados com o Ministério da Saúde, destinados à reforma da estrutura física e aquisição de equipamentos hospitalares ou despesas de custeio.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Contratos OS/SESAB

O Governo do Estado da Bahia criou o Programa Estadual de Organizações Sociais com o objetivo de fomentar a absorção da gestão de atividades ou serviços públicos por entidades sem fins lucrativos selecionados e qualificados como Organizações Sociais. Por meio de contrato de gestão, que é o instrumento que institui e disciplina parceria entre o Estado e as Organizações Sociais, pactua-se a gestão de determinados serviços públicos, buscando resultados de eficiência e eficácia com flexibilidade, por meio de metas pactuadas, sem descuidar dos princípios que regem a administração pública, principalmente a eficiência e a economicidade, atualmente regida pela Lei nº 8.647, em 22 de janeiro de 2004, e pelo Decreto nº 8.890.

Com a finalidade de ajustar o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, ao cumprimento do que determina a legislação pertinente, a Entidade constituiu provisão para devolução dos repasses dos convênios, no montante dos resultados líquidos apurados em cada contrato de gestão.

b) Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador

Circulante	2023	2022
UPA Santo Antônio	3.191	796
Hospital Família Sagrada HFS	6.520	2.357
	<u>9.711</u>	<u>3.153</u>

UPA Santo Antônio

Em outubro de 2020, a Entidade participou do processo licitatório com a finalidade de conquistar a gestão e operacionalização das ações de saúde da UPA Santo Antônio em Salvador-BA, sagrando-se vencedora do certame. Em maio de 2021 foi assinado o Contrato de Gestão nº 206/2021, com a PMS, com termo inicial em junho de 2021 e vigência de 24 meses, com valor mensal de R\$ 1.509. Em dezembro de 2022 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 206/2021, ampliando a oferta de novos serviços e reajustando o valor para R\$ 1.863. O 3º Termo Aditivo, assinado em junho de 2023, prorroga a vigência do contrato até junho de 2025; em julho de 2023 foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 206/2021, reajustando o valor mensal para R\$1.919;

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	25.975	19.858
Glosas	(1.972)	(2.180)
Doações	3	11
Rendimentos financeiros	9	43
Resultado operacional bruto	<u>24.015</u>	<u>17.693</u>
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(16.928)	(12.309)

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	(3.626)	(4.034)
Materiais	(3.036)	(2.706)
Outras receitas	10	10
Total das despesas operacionais	(23.595)	(19.039)
Despesas financeiras	(20)	(5)
Superávit/Déficit do exercício	411	(1.351)

Hospital Família Sagrada-HFS

Com a finalidade de participar do enfrentamento à grave pandemia da Covid-19, a Entidade firmou contrato 300/2020, com a Prefeitura Municipal de Salvador-PMS, assumiu a gestão, planejamento e operacionalização das ações e serviços de saúde do Hospital Família Sagrada-HFS, que atua exclusivamente no combate à pandemia da Covid-19, iniciou em maio de 2020, com vigência de 180 dias, inicialmente 20 leitos de UTI e 55 leitos de enfermaria, com valor mensal de R \$3.713. O ápice da capacidade instalada foi de 60 leitos de UTI e 81 leitos de enfermaria, em novembro de 2021 foi assinado o 7º termo aditivo prorrogado o contrato por 90 dias (ver Nota Explicativa nº 26), com o valor mensal total de R\$ 7.468. Continuando a política governamental de enfrentamento à pandemia da Covid-19, em novembro de 2021, foi assinado o 7º termo aditivo ao contrato 300/2020 firmado com a PMS, prorrogando vigência do referido contrato por mais 90 dias na gestão do HFS. Em fevereiro de 2022, foi assinado o 8º termo aditivo ao contrato 300/2020, prorrogando-o por 90 dias, o contrato encerrou-se em 02 de maio de 2022. Em dezembro de 2022, a Entidade firmou novo Contrato de Gestão nº 489/2022, para atuar na gestão, planejamento, operacionalização das ações e serviços de saúde no HFS, com vigência de 90 dias, valor global R\$ 13.766 sofrendo sucessivas prorrogações até o 5º Termo Aditivo de novembro de 2023, por 90 dias, fixando o valor global do Contrato em R\$ 13.200 (ver Nota Explicativa nº 26).

Descrição	2023	2022
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	40.194	27.444
Glosas	(2.975)	(2.279)
Rendimentos financeiros	-	-
Doações	-	1
Resultado operacional bruto	37.885	25.166
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(26.731)	(13.926)
Despesas gerais e administrativas	(8.034)	(3.799)
Materiais	(5.087)	(5.536)
Outras receitas	1	1
Total das despesas operacionais	(39.852)	(23.259)
Déficit/Superávit do exercício	(1.975)	1.907

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo - Recursos de convênios em execução

1) FNS – Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde

A Entidade recebe recursos de convênios do Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde, oriundos de emendas parlamentares, para aplicação em aquisição de equipamentos hospitalares e reforma de sua estrutura física, visando à ampliação de suas dependências e a humanização do atendimento dos pacientes da rede pública e conveniada ao Sistema Único de Saúde, SUS. Em atendimento as Instruções Normativas nº 1/97 e nº 3/2003 da Secretaria do Tesouro Nacional, a Entidade possui obrigatoriedade de prestar conta dos valores aplicados de acordo com as regras de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/2002. A Entidade sofre auditoria periódica do Ministério da Saúde, para verificar a adequada aplicação dos recursos públicos, de acordo com as exigências de lei e do plano de trabalho aprovado.

Em setembro e outubro de 2022, a Entidade recebeu recursos oriundos de Emendas Parlamentares liberadas pela Bancada Parlamentar da Bahia e repassadas por meio da Sesab, no valor de R\$ 6.100, destinadas a aplicação no custeio e foram integralmente investidas na aquisição de medicamentos e materiais hospitalares necessários à manutenção da atividade hospitalar:

Descrição	2023	2022
Circulante		
SESAB	3.078	3.100
FNS - Ministério da Saúde (b)	4.403	5.916
CMDCA - Prefeitura Municipal de Simões Filho	-	299
Receitas antecipadas alta complexidade	-	-
Ministério da Cultura (Pronac)	5.342	5.342
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	3.095	-
Contratos OS/SESAB - HES (c) (ii)	-	-
Contratos OS/SESAB - HSJ (c) (iii)	-	-
Contratos OS/SESAB - HRDMDS (c) (iv)	-	-
Contratos OS/SESAB - HRJ (c) (v)	-	-
Contratos OS/SESAB - HCAFN (vi)	-	-
Contratos OS/PMS - HFS (c) (ix)	-	-
Contratos OS/PMS - UPA (x)	-	-
	<u>15.918</u>	<u>14.657</u>
Doações recebidas com aplicação restrita		
Subvenções (medicamentos de alto custo)	7.217	7.217
	<u>2.468</u>	<u>2.930</u>
	<u>9.685</u>	<u>10.147</u>
	<u>25.603</u>	<u>24.804</u>
Não circulante		
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	41.889	45.572
Contratos OS/SESAB - HES (c) (ii)	9.332	9.609
Contratos OS/SESAB - HSJ (c) (iii)	1.603	1.602
Contratos OS/SESAB - HRDMDS (c) (iv)	(6.180)	916
Contratos OS/SESAB - HRJ (c) (v)	(8.853)	(4.898)
Contratos OS/SESAB - HCAFN (vi)	1.405	4.875
Contratos OS/SESAB - HM (c) (vii)	1.334	15.435

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2023	2022
Contratos OS/SESAB - HRPÁ (viii)	4.199	4.649
Contratos OS/PMS - HFS (c) (ix)	5.471	22.446
Contratos OS/PMS - UPA (c) (x)	(1.233)	(2.104)
	<u>48.967</u>	<u>98.102</u>
	<u>74.570</u>	<u>122.906</u>
Circulante	25.603	24.804
Não circulante	<u>48.967</u>	<u>98.102</u>

A Entidade captou recursos de pessoas físicas e jurídicas para aplicação de projeto de reforma do Memorial Santa Dulce, por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura-Pronac/ Lei Rouanet até 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 552 e em 2022 o valor de R\$ 5.342, captou R\$ 3.387, destinados ao FATT-Festival de Arte Todos os Tons, destinado às atividades multidisciplinares dos alunos do Centro Educacional Santo Antônio-CESA.

8. Depósitos judiciais

Descrição	2023	2022
Depósitos judiciais	2.214	933
Bloqueios judiciais	201	456
	<u>2.415</u>	<u>1.389</u>

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>819</u>
Adições	1.500
Baixas	(930)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.389</u>
Adições	5.183
Baixas	(4.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>2.415</u></u>

Os depósitos judiciais são constituídos por valores depositados em conta remunerada e vinculada em bancos oficiais, com o objetivo de garantir a viabilidade do conhecimento dos recursos nas ações que a Entidade figura como parte.

Visando recuperar valores depositados em garantia de processos judiciais, a Entidade constituiu escritório de advogados especializados em recuperação desses créditos não sacados em processos encerrados.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os bloqueios judiciais são recursos bloqueados pelo juiz, em recursos em conta corrente ou aplicações financeiras, até o montante do valor da causa nas ações que a Entidade é ré, como garantia de futura execução judicial contra a Entidade, pela outra parte se vencedora na ação.

9. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

Descrição	2023		2022	
	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	60.921	(21.287)	39.634	41.633
Máquinas e equipamentos	8.968	(5.841)	3.127	2.965
Equipamentos médicos	54.093	(25.736)	28.357	25.491
Aparelhos diversos	1.781	(963)	818	884
Móveis e utensílios	5.097	(2.562)	2.535	2.072
Veículos	2.461	(1.865)	596	721
Equipamentos de informática	10.671	(7.644)	3.027	3.068
Outros ativos	20	-	20	14
Terrenos	2.777	-	2.777	2.777
Obras em andamento (i)	4.901	-	4.901	1.731
Recursos de doações e subvenções (ii)	(35.103)	-	(35.103)	(34.000)
	<u>116.587</u>	<u>(65.898)</u>	<u>50.689</u>	<u>47.356</u>

- (i) Refere-se, principalmente, aos custos incorridos com a obras de ampliação de e requalificação de unidades do hospital, do novo refeitório e obras no Santuário da Santa Dulce dos Pobres; e
- (ii) A Entidade possui valores recebidos em doações e subvenções que devem ser investidos conforme estabelecido pela destinação do recurso. Com o advento da Lei nº 11.638/2007, deixaram de ser contabilizadas no Patrimônio Social e passaram a ser lançados como redutoras do ativo imobilizado, estando esses valores líquidos nos montantes de R\$ 35.103 em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 34.000).

A Entidade mantém registrada reavaliação dos bens do ativo imobilizado, realizada quando ocorreu a adoção inicial do IFRS nas normas contábeis brasileiras, resultando em mais valia de R\$ 10.409 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 10.509), contabilizada a débito do ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do saldo no exercício é a seguinte:

Co	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023
Edificações e benfeitorias	60.716	205	-	-	60.921
Máquinas e equipamentos	8.288	691	(9)	-	8.970
Equipamentos médicos	47.211	7.125	(244)	-	54.092
Aparelhos diversos	1.772	30	(21)	-	1.781
Móveis e utensílios	4.707	761	(371)	-	5.097
Veículos	2.402	59	-	-	2.461
Equipamentos de informática	9.568	1.182	(79)	-	10.671
Outros ativos	19	-	-	-	19
Terrenos	2.777	5	-	-	2.777
	<u>137.460</u>	<u>10.053</u>	<u>(724)</u>	<u>-</u>	<u>146.789</u>
Depreciação acumulada					
Edificações e benfeitorias	(19.112)	(2.174)	-	-	(21.286)
Máquinas e equipamentos	(5.323)	(520)	2	-	(5.841)
Equipamentos médicos	(21.720)	(4.078)	62	-	(25.736)
Aparelhos diversos	(889)	(91)	17	-	(963)
Móveis e utensílios	(2.634)	(298)	371	-	(2.561)
Veículos	(1.682)	(183)	-	-	(1.865)
Equipamentos de informática	(6.500)	(1.225)	79	-	(7.646)
	<u>(57.860)</u>	<u>(8.569)</u>	<u>531</u>	<u>-</u>	<u>(65.898)</u>
Subtotal	<u>79.600</u>	<u>1.484</u>	<u>(193)</u>	<u>-</u>	<u>80.891</u>
Obras em andamento	1.757	3.386	-	(242)	4.901
Valores provenientes de convênios (b)	(34.001)	(4.698)	3.596	-	(35.103)
Imobilizado líquido total	<u>47.356</u>	<u>172</u>	<u>3.403</u>	<u>(242)</u>	<u>50.689</u>

b) Intangível

Descrição	2023			2022
	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	4.492	(4.068)	424	705
Obras de arte	126	-	126	126
Marcas e patentes	368	-	368	352
	<u>4.986</u>	<u>(4.068)</u>	<u>918</u>	<u>1.183</u>

A movimentação do saldo no exercício é a seguinte:

Descrição	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023
Software	4.462	30	-	-	4.492
Obras de arte	126	-	-	-	126
Marcas e patentes	352	39	-	(23)	368
(A)	4.940	69	-	(23)	4.986
Amortização acumulada					
Software (B)	(3.757)	(325)	14	-	(4.068)
Total (A-B)	<u>1.183</u>	<u>(256)</u>	<u>14</u>	<u>(23)</u>	<u>918</u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

Descrição	2023	2022
Medicamentos/material hospitalar	11.406	12.981
Produtividade médica	19.252	11.562
Energia	465	357
Água	826	467
Demais fornecedores	7.185	7.450
	<u>39.134</u>	<u>32.817</u>

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos	2023	2022
Banco Santander S.A.	1,78%a.m.	7.111	-
Bradesco S.A. - CDC	11,35% a. a.	7.934	106
Banco do Brasil S.A.	CDI+0,70%a.m.	3.543	3.565
Fundação Irmã Dulce	INPC/104%CDI	7.907	7.205
Caixa Econômica Federal		7.001	8.546
		<u>33.496</u>	<u>19.422</u>
Circulante		20.589	5.448
Não circulante		<u>12.907</u>	<u>13.974</u>

12. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	13.792	12.863
FGTS a pagar	2.908	2.126
Provisão de férias	25.945	22.232
FGTS s/ férias	2.186	1.871
INSS retido folha	1.910	1.668
	<u>46.741</u>	<u>40.760</u>

13. Provisão para rescisões trabalhistas

Descrição	2023	2022
Provisão para rescisões - HO (i)	14.713	12.256
Provisão para rescisões - HRMDS (ii)	8.448	6.530
Provisão para rescisões - HES (iii)	1.510	1.289
Provisão para rescisões - HRJ (iv)	5.872	4.368
Provisão para rescisões - HCAFN (v)	-	-
Provisão para rescisões - HM (vi)	71	2.398
Provisão para rescisões - HPA (vii)	982	572
	<u>31.596</u>	<u>27.413</u>
Acordos trabalhistas	9	77
	<u>31.605</u>	<u>27.490</u>

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Entidade, com a finalidade de reconhecer os efeitos da Lei nº 8.647/2003 do Estado da Bahia a qual rege as atividades das Organizações Sociais no âmbito dos contratos com o Estado da Bahia, provisionou montante correspondente aos efeitos de rescisões trabalhistas de seus colaboradores lotados nos hospitais por ela administrados, os referidos saldos são compostos pelo montante do aviso prévio indenizado e pela repercussão do aviso prévio nas demais verbas rescisórias e pela multa rescisória do FGTS, de acordo com o artigo 18, incisos I e II da CLT. A Entidade constituiu reserva de numerário no valor correspondente aos saldos da provisão:

- (i) Hospital do Oeste (HO): em 1 de fevereiro de 2017 foi assinado o Contrato de Gestão nº 011/2017. Em fevereiro de 2022 o 8º Termo Aditivo ao referido Contrato, prorroga a vigência do referido contrato com termo inicial em 1º de fevereiro de 2020 até 1º de fevereiro de 2023;
- (ii) Hospital Regional Doutor Mário Sobrinho (HRMDS): em 31 de janeiro de 2021, foi assinado o Contrato de Gestão nº 005/2020 para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho pelo período de 60 meses;
- (iii) Hospital Eurídice Santana (HES): contrato de gestão nº 016/2014, assinado em 1º de março de 2014 para a administração do hospital no município de Santa Rita de Cássia, Bahia, por um período de 2 (dois) anos. O Termo Aditivo 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, esse contrato teve seu termo final em 29 de fevereiro de 2020. A Entidade permanece na gestão da unidade hospitalar, sob a forma de prestação de serviço por indenização;
- (iv) Hospital Regional de Juazeiro: em dezembro de 2020 a Entidade assumiu emergencialmente a gestão do Hospital Regional de Juazeiro em Juazeiro-BA, hospital geral de referência da macrorregião do vale médio do São Francisco, com 182 leitos, por meio do Contrato Emergencial nº 206/2020, por 90 dias, em abril de 2021, foi assinado o contrato emergencial 006/2021, com vigência inicial de 90 dias prorrogáveis por 90 Em julho de 2022, foi publicado no DOE, o Contrato de Gestão Emergencial nº 02/2022, para gestão e execução das ações de saúde, no Hospital Regional de Juazeiro, pelo período de 90 dias. O hiato entre os contratos a Entidade permaneceu prestando serviços na unidade hospitalar sob indenização;
- (v) Contrato Emergencial Hospital de Campanha Arena Fonte Nova-HCAFN: em março de 2021, a Entidade atendeu à solicitação do Governo da Bahia, firmou com a Sesab o Contrato nº 001/2021, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, exclusivo para enfrentamento à pandemia da COVID-19. O contrato foi encerrado em setembro de 2021;
- (vi) Hospital Metropolitano: em agosto de 2022, a Entidade firmou com a Sesab, o Contrato de Gestão Emergencial nº 005/2022, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Metropolitano em Lauro de Freitas-BA, para assistência universal e gratuita à população com vigência de 180 dias, encerrado em junho de 2023, com funcionários em licença maternidade ou afastamento por auxílio-doença;
- (vii) Hospital Metropolitano: Hospital de Paulo Afonso: em setembro de 2022, a Entidade firmou com a Sesab, o Contrato de Gestão Emergencial nº 006/2022, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital de Paulo Afonso, em Paulo Afonso por 180 dias, em 2023 permaneceu a frente da Unidade sob indenização.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para riscos processuais - cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos processuais - cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a processos trabalhistas e cíveis, com expectativa de perda provável, segundo o aconselhamento e avaliação de Advogados e Assessores Jurídicos, como segue:

Descrição	2023	2022
Trabalhistas		
Plano Collor (a)	6.619	6.619
Outras	4.151	2.303
	<u>10.770</u>	<u>8.922</u>
Cíveis (b)	987	987
	<u>11.757</u>	<u>9.909</u>

A movimentação dos saldos é apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	8.595	867	9.462
Adição	327	120	447
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>8.922</u>	<u>987</u>	<u>9.909</u>
Adição	1.848	-	1.848
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>10.770</u>	<u>987</u>	<u>11.757</u>

(a) Plano Collor

A Entidade é ré em ação judicial, nº 0111600-35.1992.5.05.0004, movida pelo Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas e Massagistas de Salvador, em que 616 profissionais questionam a compensação de 84,32% que teria sido realizada indevidamente na correção salarial de 1º de janeiro de 1992. Julgada procedente a ação e transitada em julgado a decisão de mérito, promove o Sindicato a execução. O processo nº 386-35.2021.5.05.0000, em sede de ação rescisória, visando a desconstituição da coisa julgada consubstanciada no processo nº 0111600-35.1992.5.05.0004, aguarda publicação de Acórdão no TST em face de Recurso de Embargos interposto.

(b) Cíveis

A Entidade é ré em algumas ações cíveis movidas por pacientes que pleiteiam indenizações por erros médicos e danos morais.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Entidade possui outros processos de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis avaliados como perdas possíveis, para os quais não foram constituídas provisões, cujos saldos em 31 de dezembro de 2023 somam R\$ 967 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 867). A Entidade julgou suficiente a provisão constituída no exercício social anterior.

Demandas judiciais com prognóstico de perda possível

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Entidade tem conhecimento de outros processos de naturezas cíveis e trabalhistas com prognóstico de perda possível que, na avaliação de seus assessores jurídicos, baseado na média histórica de acompanhamento dos processos ajustado às estimativas atuais, estão assim segregados: 83 processos cíveis, no valor estimado de perda de R\$ 3.941 e 79 processos trabalhistas no valor estimado de R\$ 1.487. A Administração da Entidade entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

15. Patrimônio social

a) Fundo patrimonial

Composto pelo patrimônio de formação da Entidade, no montante de R\$ 8.198.

b) Doações e subvenções

Formado pelas doações de bens imóveis, veículos, equipamentos, ou pelos recursos doados especificamente para a aquisição de bens dessa natureza até 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 19.705. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Entidade passou a contabilizar esses valores em conta redutora do ativo originado pelas doações e subvenções, em analogia ao CPC 07 (R1) de 5 de novembro de 2010.

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado. Com o advento da Lei nº 11.638/07, a Entidade decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação em conformidade com as isenções permitidas pelo CPC 13, que está sendo apropriada ao superávit acumulado com base na depreciação e ou baixa dos bens reavaliados. Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade possuía registrado na reserva de reavaliação o montante de R\$ 10.409 (2022 - R\$ 10.509).

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Superávit/(déficit) acumulados

A Entidade nos dois últimos exercícios findos apresentou resultados deficitários, consequência de um cenário macroeconômico desfavorável, A Inflação dos preços dos insumos aplicados na prestação de serviços de saúde foi causa imediata da Pandemia da Covid-19. A remuneração dos serviços prestados ao SUS têm se mantido ao longo dos últimos anos sem reajuste, de maneira a reconhecer os efeitos da inflação acumulada e uma margem para manter as Entidades Filantrópicas com saúde financeira. A Entidade tem feito esforços no sentido de reduzir custos e despesas, bem como, atuando na sociedade com campanhas de incentivo à doação e junto ao Poder Público contratante para fornecer ajuda financeira, bem como reajustar adequadamente seu contrato de prestação de serviços ao SUS (ver Nota Explicativa nº 26).

16. Receitas operacionais com restrição - programa de saúde

Descrição	2023	2022
SESAB - Hospital do Oeste	134.804	125.955
SESAB - HRMDS	94.903	71.049
SESAB - Hospital Eurídice Santana	9.462	8.810
SESAB - HRJ	93.603	72.496
SESAB - HCAFN	-	-
SESAB - HM	46.640	46.063
SESAB - HPA	20.515	9.662
PMS - HFS	40.862	25.166
PMS - UPA	25.985	17.699
(-) Glosas (a)	(13.346)	-
	<u>453.428</u>	<u>376.900</u>

- a) Contrato PMS - HFS R\$ 2.975 e SMS-UPA R\$ 1.972, retenções de encargos sociais sobre a folha de pagamento, efetuadas sobre o faturamento, as quais são reembolsadas mediante emissão de documento fiscal, à medida que, a Entidade comprova o pagamento de férias e rescisões dos funcionários; Contratos Sesab-HRMDS, R\$5.013, SESAB-HRJ R\$14 e SESAB-HM R\$3.372, desconto sobre faturamento por avaliação de comprimento de metas contratuais.

17. Programa de Assistência Social

A Entidade atua na área de Assistência Social por meio do Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II - CAPD, do Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães - CGGJM, Centro Educacional Santo Antônio - CESA e do Programa Jovem Aprendiz.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II - CAPD, presta acolhimento e proteção integral a 71 pessoas, sem condição de auto sustentabilidade, em função da deficiência e da perda dos vínculos familiares e sociais. Os principais objetivos do CAPD são: favorecer o desenvolvimento pessoal, o bem-estar, a inclusão social e a desinstitucionalização dos internos, por meio da efetiva aplicação das políticas públicas. A faixa etária dos usuários está entre 29 e 76 anos, cerca de 50% estão internados há mais de 30 anos, em sua maioria, acolhidos pela própria Fundadora, Irmã Dulce. Desde o ano de 2005, tendo sido acolhidos pela própria Fundadora, Irmã Dulce. A partir de 2005, ninguém mais foi admitido no CAPD

O Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães - CGGJM atende ao idoso em risco social e portador de síndrome de fragilidade, por meio da prestação de cuidados básicos, propiciando atividades de socialização, lazer e terapias ocupacionais, objetivando melhorar a sua interação e autonomia. São 71 idosos admitidos no abrigo, que foram encaminhados por órgãos públicos ou ingressaram por meio de demanda espontânea.

A Entidade desenvolve ações voltadas para o oferecimento de proteção social básica a 763 crianças e adolescentes matriculados no Centro Educacional Santo Antônio - CESA, Escola Pública de ensino fundamental que funciona nas dependências de sua filial localizada no município de Simões Filho, na Bahia. São cerca de 500 famílias atendidas, com diversos níveis de carência: econômica, afetiva e cultural, decorrentes das condições de privação, identificadas pelo Serviço Social da Entidade. Embora a escola municipal, no cenário da pandemia da Covid-19, tenha permanecido fechada, os alunos receberam apoio pedagógico nas atividades escolares, respeitadas as limitações estruturais do Município de Simões Filho e da Entidade.

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, por meio do Centro de Panificação mantido pela Entidade, No exercício findo em 2022, a Entidade não recebeu recursos de convênio FMDCA de Simões Filho e outros convênios destinados especificamente para apoio das atividades de assistência no município de Simões Filho-BA.

As receitas geradas nas atividades comerciais são destinadas à manutenção das atividades de assistência social, bem como, parte das receitas arrecadadas com doações sem destinação específica.

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, por meio do Centro de Panificação Santa Dulce, mantido pela Entidade.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estas atividades de apoio à Assistência Social com receita total no montante de R\$ 1.191 (2022 - R\$ 3.509), foram reconhecidas no Resultado do Exercício na rubrica Assistência Social.

Programa Dulce Aprendiz (Jovem Aprendiz)

O Programa Dulce Aprendiz foi registrado em 30 de novembro de 2015, sob o nº 43.117, pela portaria MTE 723/12, com cadastro no CNAP do curso Técnico em operações administrativas, aprovado pelo CMDCA - Salvador - BA, sob nº 036/92, conforme a lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

A Entidade forma o aprendiz, atualmente no curso Auxiliar Administrativo com a carga horária total de 1.280 horas, sendo 400 horas de teoria e 880 horas de prática. O Programa visa prioritariamente atender jovens e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, entre 14 e 24 anos, com exceção dos portadores de deficiência para os quais não há limite de idade. Os jovens são pré-selecionados após inscrição no site da Entidade, com aplicação de um questionário social, redação e entrevista. Os jovens são encaminhados para participarem da seleção quando solicitado pelas empresas que precisam cumprir a cota de contratação do Jovem Aprendiz. Aqueles que forem aprovados farão a formação da Aprendizagem Profissional por meio de aulas teóricas e práticas de trabalho nas dependências da Entidade Formadora, sendo que os jovens que tiverem menos de 18 anos fazem a formação prática na própria empresa contratante. As empresas contratantes passam a ser parceiras do nosso Programa de Aprendizagem e são elas as responsáveis pelo cumprimento das Leis Trabalhista no que se refere ao contrato do jovem aprendiz.

Há também a cobrança à empresa parceira de uma contribuição mensal por aprendiz/mês, com a média de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). Para participantes do programa há gratuidade integral, em 2021 foram 116 jovens. As taxas cobradas das empresas parceiras são aplicadas na manutenção do Programa Dulce Aprendiz. Toda atividade de Assistência Social é prestada gratuitamente, sem a exigência de qualquer contraprestação, obedecidas as condições da legislação vigente, dos usuários moradores ou não moradores, sejam eles idosos ou pessoas com deficiência, crianças, adolescentes ou jovens, bem como, de qualquer pessoa que seja beneficiada por ações ou programas.

18. Sistema Único de Saúde - PO

Descrição	2023	2022
Plano operativo	163.018	134.444
FAEC/alta complexidade	42.024	41.156
	<u>205.042</u>	<u>175.600</u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desde setembro de 2004, a Entidade assinou contratos para a prestação de serviços de saúde, colocando à disposição do Gestor Público de Saúde, pela integração à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde-SUS todos os seus leitos hospitalares, bem como integralmente a prestação de serviços ambulatoriais, contratualizados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB. Os contratos estabelecem metas quantitativas, qualitativas e financeiras, remunerando-as com uma parte fixa que corresponde à produção de procedimentos de baixa e média complexidade, incentivo destinado aos hospitais-escola, incentivo à contratualização e a uma parte variável que abrange procedimentos de Alta Complexidade e ao FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação), mas submetido a teto físico-financeiro.

A Entidade recebe transferências de materiais e medicamentos de alto custo para aplicação em pacientes oncológicos atendidos na Unacon, unidade especializada no tratamento de neoplasias, o montante recebido foi R\$ 5.758 (2002 R\$5.189), e aplicado nos pacientes R\$ 3.883, a diferença decorrente é ajustada de modo o resultado líquido seja nulo, pois, os referidos mat-med tem destinação exclusiva aos pacientes tem tratamento pelo SUS, não podendo serem aplicados para outras finalidades.

Descrição	2023	2022
SESAB - Subvenção mat-med receita	3.881	3.629
SESAB - Hospital do Oeste	(3.881)	(3.629)
	-	-

Com o advento da Lei Federal 14.434/2022, que instituiu o Piso Nacional dos profissionais de Enfermagem, para cumprimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 7.222, a União através da SESAB, repassou a título de assistência financeira o valor correspondente ao complemento da diferença do Piso Nacional de Enfermagem, o qual a Entidade reconheceu no resultado como receita do exercício a título de subvenção no valor de R\$ 10.384, nos Contratos de Gestão, os valores recebidos foram incorporados à receita dos respectivos Contratos.

19. Custo dos serviços prestados - Saúde

Descrição	2023	2022
Hospital Santo Antônio	(235.248)	(202.965)
SESAB - Hospital do Oeste	(139.469)	(112.885)
SESAB-Hospital Eurídice Santana	(9.870)	(8.664)
SESAB - HRDMDS	(97.166)	(69.123)
SESAB - HRJ	(97.299)	(83.795)
SESAB - HCAFN	(3.470)	130
SESAB - HM	(57.485)	(30.349)
SESAB - HCAFN	(21.045)	(4.978)
PMS - HFS	(39.861)	(23.259)
PMS - UPA Santo Antônio	(23.152)	(19.054)
	(724.065)	(554.942)

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas com pessoal

Descrição	2023	2022
Salários	(13.815)	(14.336)
Férias	(3.061)	(1.816)
FGTS	(2.677)	(1.572)
13º salário	(2.086)	(1.255)
Vale transporte	(1.204)	(172)
Desconto aviso prévio	(814)	(174)
Bolsa estágio	(182)	(11)
Seguro	(264)	(33)
Outras	(499)	(94)
	(24.602)	(19.463)

21. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2023	2022
Manutenção	(2.059)	(1.940)
Serviços de terceiros	(5.858)	(2.576)
Energia elétrica	(1.128)	(1.656)
Aluguéis	(1.558)	(1.304)
PECLD	-	270
Provisão para contingências	(1.849)	(447)
Água	(802)	(752)
Doações efetuadas	(100)	(110)
Impressos	(102)	(3)
Telefone	(49)	(86)
Refeições	(76)	(37)
Manutenção de veículos	(33)	(11)
Seguros	(86)	(34)
Contribuições	(61)	(34)
Despesas com viagens	(124)	(60)
Treinamento	(52)	(4)
Outras	(595)	(459)
	(14.532)	(9.243)

22. Outras despesas e receitas operacionais

Descrição	2023	2022
SESAB - HRMDS (a)	7.097	(2.190)
SESAB - Hospital Eurídice Santana (a)	276	(343)
SESAB - Hospital do Oeste (a)	3.683	(14.990)
SESAB - Hospital Regional de Juazeiro (a)	3.956	11.443
SESAB - Hospital de Campanha Arena Fonte Nova (a)	3.470	(130)
SESAB - Hospital Metropolitano (a)	14.101	(15.435)
SESAB - Hospital de Paulo Afonso (a)	449	(4.649)
PMS - Hospital Família Sagrada (a)	1.975	(1.909)
PMS - UPA Santo Antônio (a)	(872)	1.351
Outras receitas e despesas operacionais	6.491	3.750
	40.626	(23.102)

(a) Correspondem à reclassificação das despesas ou receitas dos contratos de gestão para o ativo ou passivo circulante, até o limite dos seus respectivos déficits ou superávits do exercício.

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Entidade, que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não possuía exposição cambial significativa, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, sempre que possível, a Empresa efetua captação de recursos utilizando taxas prefixadas. Substancialmente, a Empresa está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e SELIC, que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais a Empresa estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras. Foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, a qual foi definida como cenário provável e, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o “resultado financeiro” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos ou resgates de cada operação.

A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2023, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade possuía um contato de Capital de giro junto ao Banco Bradesco S/A, com taxa de juros pré-fixada de 13,72 a.a pagável em 10 parcelas; Conta Garantida com o Banco Santander S/A, taxa de juros de 1,78% ao mês, Conta Garantida com o Banco do Brasil, com taxa de 6,055% a.a, bem como, dois contratos de mútuo com a Fundação Irmã Dulce no valor de R\$ 2.913 atualizado pelo INPC e outro no valor de R\$ 4.994 atualizado pela taxa de 104% CDI; Capital de Giro junto à Caixa Econômica Federal, com saldo devedor de R\$ 7.001, com encargos de 8,66% aa (ver Nota Explicativa nº 11).

iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a receber.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A Administração avalia a qualidade do crédito, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída.

iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Entidade.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Entidade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	32.817	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.448	13.974	-
	<u>38.265</u>	<u>13.974</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Fornecedores	39.134	-	-
Empréstimos e financiamentos	20.589	12.907	-
	<u>59.723</u>	<u>12.907</u>	<u>-</u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais perdas, cujo montante segurado foi de R\$ 334.590 (2022 R\$ 289.836), incluindo bens de terceiros.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos Auditores Independentes.

25. Imunidade e isenção dos impostos e contribuições

A Entidade é imune a impostos e contribuições, nos termos da Constituição Federal, artigo 150, parágrafo VI item c, pelo fato de ser uma entidade sem fins econômicos ou lucrativos, e obteve renovação do CEBAS - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

Em decorrência da edição da Lei Complementar nº 187/2021, e do Decreto 11.791/2023, teve seu CEBAS prorrogado até 31 de dezembro de 2022, por meio da Portaria 619/2022. Em consequência, a Entidade protocolou pedido de renovação do CEBAS no sistema SISCEBAS do Ministério da Saúde, o pedido de renovação do referido Certificado sob o nº 25000175330/2022-01, para o triênio 2023-2025. Caso não possuísse o referido Certificado, seria devido o montante aproximado de R\$ 75.630, no exercício de 2023 (2022 - R\$ 64.806), a título de contribuição previdenciária patronal (ver Nota Explicativa nº 26).

Descrição	2023	2022
INSS Empresa	52.521	45.004
Terceiros	15.231	13.051
SAT	7.878	6.751
	<u>75.630</u>	<u>64.806</u>
Cofins	22.948	19.007
CSLL	48	-

A Entidade atua preponderantemente na área de saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 187/2021. Desse modo, ofertou em conformidade a referido arcabouço legal, no mínimo 60% de seus serviços ao SUS:

- Comprovou o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congênere celebrado junto ao gestor local do SUS;
- Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, realizou o somatório das internações realizadas e o total de procedimentos ambulatoriais:

Descrição	Quantitativo de internações hospitalares (não auditado)	Número de pacientes-dia (não auditado)	Quantitativo de atendimentos ambulatoriais (não auditado)
SUS	19.262	226.949	2.192.456
Total	<u>19.262</u>	<u>226.949</u>	<u>2.192.456</u>
Percentual de serviços ofertados ao SUS	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Entidade definiu dois segmentos operacionais, que são gerenciados, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Administração da Entidade. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas nas notas explicativas das respectivas rubricas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Saúde		Assistência Social		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receitas operacionais brutas						
Com restrição:						
Programa de saúde/convênio	16.994	16.983	-	-	16.994	24.616
Programa de saúde	453.428	376.900	-	-	453.428	376.900
Programa de assistência social	-	-	1.191	3.509	1.191	3.509
Convênios custeio assistência social	-	-	-	-	-	-
Rendimentos financeiros	1.298	2.583	-	-	1.298	2.583
Subvenções	14.267	3.629	-	-	14.267	3.629
Doações-saúde	6.480	-	-	-	6.480	-
Doações contratos de gestão	413	-	-	-	413	-
Doações assist. social	-	-	4.357	-	4.537	-
Sem restrição:						
Sistema único de saúde - POA	205.042	175.600	-	-	205.042	175.600
Doações	25.288	19.911	-	-	25.288	19.911
Vendas de produtos e mercadorias	-	-	19.900	18.993	19.900	18.993
Outros recursos recebidos	7.739	3.039	-	-	7.739	3.039
	<u>730.949</u>	<u>606.278</u>	<u>25.628</u>	<u>22.502</u>	<u>756.577</u>	<u>628.781</u>
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos						
Saúde/Assistência social						
Com pessoal	(305.817)	(232.298)	(7.935)	(7.004)	(313.752)	(239.303)
Serviços médicos	(152.267)	(124.107)	(39)	(41)	(152.306)	(124.148)
Gerais e administrativas	(76.291)	(50.952)	(5.687)	(4.177)	(81.979)	(55.129)
Material médico hospitalar	(135.649)	(114.371)	(409)	(477)	(136.057)	(114.848)
Materiais diversos	(38.873)	(30.964)	(1.666)	(2.279)	(40.539)	(33.242)
Depreciação	(3.049)	(2.250)	(286)	(153)	(3.335)	(2.403)
CPV/CMV	-	-	(12.163)	(12.321)	(12.163)	(12.321)
PECLD	(11.407)	-	-	-	(11.407)	-
Financeiras	(711)	-	(4)	-	(716)	-
	<u>(724.064)</u>	<u>(554.942)</u>	<u>(28.189)</u>	<u>(26.452)</u>	<u>(752.254)</u>	<u>(581.394)</u>
Resultado operacional bruto	<u>6.885</u>	<u>51.336</u>	<u>(2.562)</u>	<u>(3.949)</u>	<u>4.323</u>	<u>47.387</u>
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com pessoal	(23.680)	(18.577)	(922)	(886)	(24.602)	(19.463)
Despesas gerais e administrativas	(12.412)	(8.654)	(483)	(413)	(12.895)	(9.067)
PECLD	211	270	-	-	211	270
Provisão para contingências	(1.848)	(447)	-	-	(1.848)	(447)
Sesab-Contratos de Gestão	23.190	(26.851)	-	-	-	(26.851)
Materiais diversos	(459)	(1.707)	(18)	(81)	(477)	(1.788)
Depreciação	(1.721)	(722)	(67)	(34)	(1.888)	(756)
Outras receitas	40.626	3.652	-	97	40.626	3.749

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saúde		Assistência Social		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	7.602	(1.700)	(4.052)	(5.266)	3.550	(6.966)
Receitas financeiras (Despesas financeiras)	1.808 (4.704)	1.034 (2.756)	70 (186)	- (131)	1.878 (4.887)	1.034 (2.887)
Cota patronal INSS	75.630	64.806	-	-	75.630	64.806
Reversão Cota patronal INSS	(75.630)	(64.806)	-	-	(75.630)	(64.806)
Cofins	22.948	19.007	-	-	22.948	19.007
Reversão Cofins	(22.948)	(19.007)	-	-	(22.948)	(19.007)
CSLL	48	-	-	-	48	-
Reversão CSLL	(48)	-	-	-	(48)	-
Déficit do exercício	<u>4.706</u>	<u>(3.422)</u>	<u>(4.165)</u>	<u>(5.397)</u>	<u>541</u>	<u>(8.819)</u>

27. Eventos subsequentes

Contratos de Prestação de Serviço

Renovação Contrato Gestão do Hospital Regional de Juazeiro RJ

Em abril de 2024 o Contrato de Gestão Emergencial nº 05/2024, com valor global de R\$ 45.770, com vigência é de 180 dias ou até que seja concluído o processo licitatório, cujo edital foi publicado em abril de 2024, com data prevista para ocorrer o início do certame em junho de 2024.

Hospital do Oeste

O Contrato Emergencial nº 012/2023, findou sua vigência em fevereiro de 2024, contudo a Entidade continua prestando serviços sob indenização, enquanto aguarda a conclusão do processo de seleção pública.

Hospital Eurídice Santana

Em abril de 2024 foi publicado o Edital de Licitação para operacionalização dos serviços de saúde no Hospital Eurídice Santana, com data prevista para início do procedimento licitatório em maio de 2024, até a conclusão do processo licitatório e a contratação do vencedor do certame, a Entidade continua prestando serviços sob a rubrica indenizatória.

Renovação Contrato Gestão do Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho

Na edição do DOE de 26 de janeiro de 2023 foi publicado o 3º Termo Aditivo ao Contrato 005/2020, com incremento do serviço de Hemodinâmica ajuste de leitos e metas, prorrogando o referido Contrato de 01/2023 até 01/2025, bem como, reajustando o valor mensal para R\$ 5.438.

Hospital de Paulo Afonso

O contrato de Gestão Emergencial nº 006/2022, foi a termo em fevereiro 2023, contudo, a Entidade continua prestando serviços naquela unidade hospitalar sob indenização até que seja firmado um novo contrato emergencial ou até contratação de novo prestador decorrente de seleção pública.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador

Hospital Família Sagrada

Em fevereiro de 2024 foi assinado o 6º Termo Aditivo ao Contrato 489/2022, prorrogando a vigência até maio de 2024, com valor mensal de R\$ 4.400. O Hospital está em processo de desmobilização parcial para reforma da estrutura física por causa da mudança de perfil para o Hospital do Homem, ao fim da vigência do atual Contrato deverá ser assinado novo Contrato de Gestão com a Entidade.

CEBAS

Em dezembro de 2021, foi editada a Lei Complementar nº 187/2021, que revogou a lei 12.101/2009 e outros dispositivos legais que até então regulavam a concessão e a manutenção do CEBAS, ainda em dezembro de 2021, a Entidade protocolou pedido de renovação do CEBAS sob o nº 25000.187277/2021-00, vez que seu Certificado vencia em 31 de dezembro de 2021, embora, a novel Lei disponha no artigo 40 § 1º sobre a prorrogação até 31 de dezembro de 2022 dos Certificados vigentes, cujo requerimento de renovação não tenha sido apresentado até a data de publicação da Lei Complementar, em 20 de setembro de 2022, foi publicada no DOU a Portaria 619 prorrogando o CEBAS até 31 de dezembro de 2022. Em 23 de dezembro de 2022 foi protocolado no sistema SISCEBAS do Ministério da Saúde, o pedido de renovação do referido Certificado sob o nº 25000175330/2022-01, para o triênio 2023-2025, a Entidade respondeu as diligências complementares, ao processo supracitado, enviada através dos Ofícios nº 960/2023/CGCER/DCEBAS/SAES/MS, em fevereiro de 2024, até a presente data, não houve manifestação do Ministério da Saúde a respeito da renovação do Certificado. Também respondeu em maio de 2024, o Ofício nº 244/2024/CGPROF/DCEBAS/SAES/MS, parte do processo de supervisão do CEBAS correspondente ao período 01/01 a 31/12/2022.